

Professores dizem que falta política educacional no estado

Carlo Wrede

LOURDES FERNANDES 263

Programas de capacitação pedagógica não existem; o direito de ter três faltas por mês sem desconto no contracheque é plenamente exercido; a carga horária semanal é muito menor do que na rede particular. Mas o maior problema é a falta de uma política educacional no estado. Essas foram as razões apontadas por professores do Colégio de Aplicação da Uerj — uma das melhores escolas do Rio — e que também dão aulas na rede pública estadual, para a diferença de rendimento dos alunos dessas instituições.



— O que falta no governo é vontade política para implantar uma educação de qualidade — acusa a professora de matemática Eugenie de Azevedo.

A professora de matemática Maria Cristina da Silva, que leciona no Cap e no Colégio Estadual Antônio Prado Júnior, na Praça da Bandeira, lembra que o Cap também é uma escola estadual, mas está vinculado à Uerj, que tem um planejamento pedagógico definido.

Arnaldo Barbosa, professor de física no Cap da Uerj e numa escola estadual em Marechal Hermes, dá um exemplo de onde começa a surgir a diferença de tra-



A diretora Valéria Pinheiro com alunas da Antonio Prado Júnior: "O que a gente faz é resultado do bom senso"

tamento: enquanto no Cap os alunos têm uma carga semanal de cinco tempos da matéria, na escola estadual têm apenas dois.

— Isso mostra que é falsa a premissa, muito difundida na população e até mesmo no próprio governo, de que os alunos da rede pública não são capazes

de aprender por virem das camadas populares — afirma.

Maria Cristina, ex-diretora do Cap, disse que os trabalhos que se destacam são resultado do empenho do profissional e não da orientação do governo. Essa opinião é compartilhada pela diretora do Prado Júnior, Valéria da Costa Pinheiro.

— Desconheço o projeto edu-

cacional do estado. O que a gente faz é resultado do bom senso — garante.

A professora de história Luiza Aieta, que durante muitos anos deu aula na Escola Estadual André Maurois, no Leblon, diz que os professores do estado faltam muito — o que contribui para o fracasso escolar dos alunos da rede pública.

Meta do governo é consciência crítica

A aprovação dos alunos nos vestibulares não é o principal objetivo da política educacional do governo do estado. Essa é a justificativa que a coordenadora geral pedagógica da Secretaria de Educação, Laurinda Barbosa Félix de Oliveira, apresenta em resposta ao péssimo desempenho que as escolas regulares da rede pública apresentaram nos últimos vestibulares. De acordo com Laurinda, o projeto educacional do governo é formar cidadãos críticos, mas não explica por que o acesso à universidade é incompatível com a cidadania.

Ainda assim, diz a coordenadora, muitas escolas estaduais estão conseguindo aprovar seus alunos. Entre elas, destaca o Colégio Estadual Antonio Prado Júnior. A propaganda negativa que fazem das escolas públicas, segundo Laurinda, é responsável pelo fracasso.



“Os trabalhos que se destacam são fruto do empenho profissional”

Maria Cristina, ex-diretora do Cap



“No Cap os alunos têm cinco tempos por semana. Na estadual, só dois”

Arnaldo Barbosa, professor do Cap e de escola estadual

Vestibular barra escolas públicas

Os alunos das escolas públicas não querem ficar de fora do vestibular. No concurso passado da UFRJ, dos cerca de 40 mil inscritos, 10.930 eram de escolas públicas. Apesar da força de vontade, apenas 1.426 foram classificados para as 5.377 vagas. As demais foram preenchidas por estudantes de escolas particulares.

Dos 41 alunos do Colégio Estadual Antonio Prado Júnior inscritos, apenas quatro conseguiram classificação. Dezesseis foram eliminados por falta, oito por tirarem zero e dois por não alcançarem a média mínima exigida. Mesmo assim, foi a escola pública regular que obteve a melhor performance (16%), de acordo com levantamento divulgado em fevereiro pela Comissão Executiva do Concurso de Seleção. Já o Cap-Uerj, que ficou em primeiro, classificou 62 dos 83 inscritos (76,54%).

Para o coordenador acadêmico do vestibular, Clóves Dottori, o desempenho dos alunos de escolas públicas regulares e o dos colégios de aplicação não é o mesmo porque estes têm acesso a informações através de teatro, cinema, jornais e revistas, ao contrário da maioria dos estudantes de escolas públicas regulares.

Sobre a justificativa da coordenadora geral pedagógica da Secretaria de Educação, Laurinda Barbosa, de que a política educacional do estado não é destinada ao vestibular, mas à formação da consciência crítica, Dottori se surpreende:

— Como alguém pode ter consciência crítica sem conhecimento? Ficaria feliz se eles aprendessem a ler, escrever e contar.

Para muitos, fazer faculdade continua sendo um objetivo

O que você quer ser quando crescer? Por mais crises que o país atravesse e por mais que diminua a oferta de emprego, a pergunta continua sendo feita às crianças. Com a adolescência, a questão se torna uma cobrança. Apesar das críticas ao ensino, muitos jovens acreditam que o ingresso na faculdade ainda é o principal meio de chegar ao mercado de trabalho. Marcelo da Silva Gomes, de 17 anos, é estudante do Segundo Grau do Colégio Estadual Antônio Prado Júnior. Ele discorda dos que afirmam que os alunos de escola pública não pretendem cursar

faculdade:

— Quero ser médico. Ou será que não tenho esse direito por estudar numa escola pública?

A sensação de fracasso escolar, na opinião de Kênia Lúcia Pereira, de 18 anos, não está na cabeça dos alunos, e sim dos governantes, que acham que a educação é um canteiro de obras:

— A gente vê o governo construindo escolas e nossos professores sobrevivendo com um salário mínimo. Além de não entenderem de educação, estão precisando freqüentar as aulas de matemática. Quem sabe assim distribuíam melhor as ver-

bas arrecadadas com os impostos pagos pelos nossos pais.

Com a crise econômica, João Soares, de 18 anos, não teve mais condições de pagar uma escola particular e foi estudar no Prado Júnior. Segundo o estudante, que pretende se formar em letras, os professores da nova escola são mais interessados do que os da anterior.

Outro dado apontado pelos estudantes é que a Secretaria de Educação está perdendo a noção do que o aluno pensa sobre o ensino. De acordo com Wilsa Duarte Atella, de 17 anos, os jovens deviam ser consultados.